

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

Gabriela Cruz Abreu¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal discutir os temas da violência policial e da repressão política cometidos durante a Ditadura Militar brasileira em romances literários escritos no período ditatorial. Assim como, fazer um paralelo entre essas obras e os discursos negacionistas e de abrandamento do caráter violento e repressivo do regime autoritário. Para isso, analisaremos o livro “Zero” do Ignácio Loyola Brandão (Brandão, 1986) e o livro “Em câmara lenta” do Renato Tapajós (Tapajós, 1977), bem como colunas negacionistas escritas por Olavo de Carvalho no jornal O Globo entre os anos de 2000 e 2005. Logo, um dos pontos relevantes da discussão feita é evidenciar a relação existente entre literatura e história e como a primeira pode servir de aparato documental e historiográfico para a segunda.

Palavras-chave: História; Literatura; Negacionismo.

ON THE PATHS OF NOVELS AND DENIALISM: THE THEMES OF TORTURE AND REPRESSION PRESENT IN LITERARY WORKS AND DENIAL NARRATIVES

Abstract: This article aims to discuss the themes of police violence and political repression committed during the Brazilian Military Dictatorship in literary novels written during that period. It also seeks to draw a parallel between these works and the denialist discourses and those that downplay the violent and repressive nature of the authoritarian regime. To this end, we will analyze the book "Zero" by Ignácio Loyola Brandão (Brandão, 1986) and the book "Em câmara lenta" by Renato Tapajós (Tapajós, 1977), as well as denialist columns written by Olavo de Carvalho in the newspaper O Globo between 2000 and 2005. Therefore, one of the relevant points of the discussion is to highlight the relationship between literature and history and how the former can serve as a documentary and historiographical apparatus for the latter.

Keywords: History; Literature; Negationism.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestre pela mesma instituição. Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Membro do Laboratório Observatório do Tempo Presente – OTP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5072315233157462>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1341-2723>. E-mail: gabrielaabreu@id.uff.br. Este texto foi produzido com financiamento da CAPES.

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

Introdução

O negacionismo histórico permeia a cena pública brasileira constantemente na atualidade e muitos temas da ciência histórica são alvos da negação, como o genocídio indígena, a escravidão africana no Brasil e o Holocausto nazista. Todavia, a Ditadura Militar é, sem dúvidas, um passado que permanece sempre presente no debate público, sendo alvo constante de usos abusivos e políticos, discursos negacionistas e falseamentos desse passado traumático. Assim, é de extrema importância pensarmos sobre as origens e os impactos desse tipo de narrativa negacionista sobre o regime autoritário vigente no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

Importante destacar que o conceito de negacionismo é relativamente novo, tendo sido elaborado em meados dos anos 1970/1980 pelo historiador francês Henry Rousso no livro *Le Syndrome de Vichy* (A síndrome de Vichy). Em um primeiro momento, o termo foi criado para se referir especificamente aos negacionismos do Holocausto que estavam sendo difundidos pela Europa no período pós-guerra, porém com o passar dos anos, o negacionismo se expandiu por diversos países e sofreu mutações significativas. No caso do Brasil, por exemplo, as práticas do negacionismo histórico atacam em sua grande maioria os passados sensíveis da história do país, como a Ditadura Militar, o genocídio indígena e a escravização de africanos.

Logo, apesar das novas roupagens assumidas pelo fenômeno, negacionismo ainda é, substancialmente, funesto e obscurantista e tem como objetivo a instauração de controvérsias, a relativização e o abrandamento do passado, a desqualificação dos fatos e testemunhos e tudo isso utilizado estrategicamente para fins políticos, abusivos e ideológicos. Além de ser, fundamentalmente antidemocrático, a ocorrência do negacionismo faz parte de uma necropolítica¹ incisiva que causa um desgaste significativo na democracia.

Nesse sentido, pretendo ao longo deste artigo, refletir sobre questões que permearam as discussões presentes na minha pesquisa de Mestrado e a escrita da minha dissertação defendida em março de 2026 na Universidade Federal Fluminense – UFF sob orientação da Profa. Dra. Juniele Rabêlo de Almeida. Intitulada “A construção do negacionismo no Brasil: Olavo de Carvalho no debate público sobre a negação da Ditadura Militar (2000-2005)”, o objetivo primordial do meu trabalho foi analisar a profusão exacerbada de negacionismos

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

sobre o passado ditatorial na cena pública brasileira, com foco na atuação do ensaísta e conselheiro da extrema-direita Olavo de Carvalho e sua atuação como colunista do jornal O Globo entre os anos de 2000 e 2005.

Dentre o período citado, foram catalogadas mais de 200 colunas escritas pelo Olavo de Carvalho e publicadas no periódico em questão. Ao fazer uma análise minuciosa desses textos, fica evidente o caráter negacionista da narrativa no que tange à temática da Ditadura Militar, presente em cerca de 75% das colunas catalogadas. Além do viés negacionista, observa-se outros pontos característicos da retórica discursiva do então autoproclamado filósofo, como o caráter escatológico, o anticomunismo exacerbado e o anti-intelectualismo.

Ademais, quanto ao passado ditatorial brasileiro, Carvalho nega e abrande de maneira assídua a natureza repressiva e autoritária do regime. Bem como, tenta justificar os casos de tortura e violação aos direitos humanos como sendo necessários em virtude da tentativa dos governos militares de conter o avanço do comunismo no Brasil. Outrossim, ele faz constantes análises comparativas entre a Ditadura Militar e outros regimes de países como Cuba ou a União Soviética, na tentativa de amenizar a fibra repressiva do regime ditatorial brasileiro e atacar o comunismo, utilizando-o como bode expiatório.

Logo, diante do exposto, penso que seria interessante fazer um paralelo entre a abordagem olavista sobre a repressão, a tortura e a censura durante os anos de chumbo² publicadas em suas colunas no jornal O Globo e a referência a esses temas em produções literárias e romances sobre o regime ditatorial. Afinal, é vasto o acervo literário e cultural que retrata aspectos relacionados ao passado ditatorial e a literatura é um elemento pertinente para a compreensão da realidade. Pois, “lê-se a história simultaneamente ao ato de ler a literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem fez história fazendo literatura” (Sevcenko, 2003, p. 291).

Ainda segundo Nicolau Sevcenko (2003), o autor afirma que o cruzamento entre história e literatura produz condições e efeitos peculiares que são de extrema importância para o trabalho e análise dos historiadores e historiadoras. Assim como, esse cruzamento permite entrever a produção literária como um processo homólogo ao processo histórico e fazendo referência sempre ao mesmo, seja interrogando-o, defrontando-o ou negando-o. Dessa forma, é possível estabelecer entre os dois campos uma relação tensa de intercâmbio e de confrontação. Por esse viés, a produção literária se apresenta como um documento de grande

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

potencial e uma instância complexa, além da análise de referências esporádicas, episódios históricos e estudo profundo dos seus processos de construção formal.

Sendo assim, fica claro como os romances literários são fontes de análise histórica de extrema relevância e, para além disso, são uma ferramenta cultural e de comunicação com a sociedade civil, que pode se informar e adquirir conhecimento por meio dessas produções. Além de serem obras embutidas de cientificismo, conhecimento e cultural, em sua grande maioria, apresentam uma linguagem mais acessível do que textos acadêmicos, por exemplo e, consequentemente, agradam com mais facilidade as pessoas.

A repressão como tema das colunas de Olavo de Carvalho no jornal O Globo

Nessa perspectiva, penso ser relevante analisarmos alguns trechos dos textos publicados pelo Olavo de Carvalho no jornal O Globo a fim de compreendermos o caráter negacionista dos escritos e as características da retórica do ódio³ presente na narrativa do ensaísta. Vejamos um extrato de uma coluna publicada no ano de 2005, intitulada “Droga é cultura”, na qual Carvalho afirma que:

“Do ponto de vista do direito à vida, a diferença entre o tempo dos militares e os dias de hoje é simples e auto-evidente: naquela época havia tranquilidade para a maioria dos brasileiros, mas não para a pequena elite esquerdista que tinha boas razões para sentir-se ameaçada. Hoje, essa elite – dez mil pessoas no máximo – desfruta de todas as garantias de paz e segurança que a prosperidade à sombra do governo pode oferecer, enquanto os demais brasileiros vivem expostos ao terror cotidiano nas mãos dos narcotraficantes, assaltantes, homicidas e seqüestradores” (Carvalho, 2005).

Ou seja, percebe-se evidentemente, o sentimento nostálgico e exaltador dos anos de chumbo, alegando tranquilidade e segurança. Além disso, elenca que a esquerda brasileira tinha boas razões para sentir-se ameaçada, abrandando e legitimando veladamente, as violências cometidas contra a oposição nesse período. Em outro texto, o ideólogo diz que “em poucas semanas, a estreia petista no poder terá superado de muito a ditadura militar, que em vinte anos não fez mais de dois mil presos políticos” (Carvalho, 2002).

Dessa forma, observa-se presente em vários artigos de Carvalho no Globo esse tipo de discurso sobre a Ditadura, em uma tentativa constante de abrandar esse passado e negar os acontecimentos. Bem como, a todo momento, ele promove o abrandamento do viés repressivo e autoritário do regime ditatorial, em uma tentativa explícita de relativização dos mortos,

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

torturados e desaparecidos políticos. Assim como é feito na pontuação do ensaísta em um texto de 2004:

“A ditadura militar brasileira, segundo fontes esquerdistas, matou trezentas pessoas. Fulgêncio Batista, três mil. Pinochet, três mil. Some tudo, multiplique por vinte e obterá a medida aproximada dos elevados ideais humanitários do regime cubano. À luz desses números, torna-se evidente a boa-fé, a honradez daqueles heróis da liberdade que, indignados com o golpe de 1964, foram buscar em Fidel Castro a ajuda e a inspiração para restaurar a democracia e os direitos humanos no Brasil. Nada mais justo do que alimentar essas pessoas com fartura de dinheiro público até o fim de seus dias” (Carvalho, 2004).

Em outro texto do guru de Bolsonaro⁴, observamos o caráter escatológico e irônico do seu discurso mais nitidamente, características essas essenciais para a elaboração do sistema de crenças de Olavo de Carvalho, como afirma João Cézar de Castro (2021). Vejamos:

“A todos aqueles que, lutando contra a ditadura militar brasileira, foram pedir ajuda e inspiração ao governo de Fidel Castro, prometo solenemente jamais voltar a escrever uma só palavra contra o socialismo se vocês me provarem as seguintes coisas: 1. Que em Cuba havia mais liberdade de imprensa que no Brasil. 2. Que em Cuba havia menos prisioneiros políticos que no Brasil (se vocês não quiserem, não precisam nem mesmo levar em conta a diferença de população dos dois países; contento-me com números absolutos). 3. Que em Cuba havia um partido de oposição funcionando com a liberdade, mesmo limitada, do MDB. 4. Que a ditadura militar brasileira matou mais gente que a ditadura cubana (novamente, aceito números absolutos). Se vocês me provarem essas coisas, prometo inscrever-me no PT e tornar-me o mais devotado dos seus militantes. Se não provarem, terei todo o direito e até o dever de continuar julgando que vocês são uns embrulhões e mentirosos; que vocês não lutavam pela democracia coisíssima nenhuma e que tudo o que vocês queriam era fazer aqui o que Fidel Castro fez em Cuba, com a única diferença de que vocês próprios estariam no papel de Fidel Castro” (Carvalho, 2001).+

Para além das ironias, observamos uma série de falseamentos históricos, negacionismos e comparações analógicas descontextualizadas com a situação de Cuba, como a afirmação de que a esquerda brasileira queria fazer o mesmo no Brasil que Fidel Castro fez em Cuba, desconsiderando toda a historicidade e os contextos políticos, sociais e históricos de ambos os países. Já em outra coluna, publicada também no ano de 2001, Carvalho deixa explícito o seu apreço pelo regime autoritário instaurado em 1964 no país. Observemos:

“Há trinta anos não se vê nos jornais deste país, exceto em raros artigos assinados por dissidentes marginalizados, uma única menção às violências cometidas pelos esquerdistas contra o mais brando e tolerante dos regimes autoritários; regime que só tardiamente e a contragosto consentiu no endurecimento de 1968, depois de falhadas todas as tentativas de conter a violência revolucionária mediante o expediente incruento das demissões e cassações, e depois que 84 bombas terroristas já tinham

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

explodido em vários estados, matando transeuntes que nem tinham ideia do que se passava” (Carvalho, 2001).

Importante ressaltar que, ele não nega o caráter autoritário do regime, o que não configura uma negação declarada do acontecimento. Em vez disso, ele promove o abrandamento desse passado, afirmando que foi o regime mais brando e tolerante de todos e que, quando precisou ser mais duro, em 1968 com a promulgação do AI-5⁵ foi na intenção de conter a violência promovida pela esquerda. Então, percebe-se um duplo caráter negacionista, ele relativiza as violências cometidas pelo Estado autoritário e culpabiliza a esquerda, criando a ideia de um “inimigo comum” e apelando para o ódio e as emoções ressentidas das pessoas.

Ou seja, percebe-se que o antipetismo tão presente na contemporaneidade, que foi um dos fatores relevantes para o avanço do conservadorismo no cenário político brasileiro, e que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é um sentimento e uma política estratégica que vem sendo construída e inserida no debate público há anos, tendo início com o anticomunismo nos anos iniciais do século XX, na verdade.

Fica evidente, ao longo da análise das narrativas presentes nas colunas, que o elemento do anticomunismo é um vetor aglutinador da retórica do ódio de Carvalho e está presente em uma parcela significativa dos textos catalogados. Vejamos mais um exemplo:

“Malgrado as dificuldades e limitações que terá de enfrentar, o julgamento dos guerrilheiros do Khmer Vermelho, que o governo do Camboja e as Nações Unidas anunciam para este ano, pode ser o primeiro passo para uma tomada universal de consciência de que os colaboradores de regimes comunistas são culpados de crimes contra a humanidade, exatamente no sentido e na medida que o foram os nazistas condenados pelo Tribunal de Nuremberg” (Carvalho, 2001).

No extrato acima, nota-se a tentativa de igualar ou aproximar o comunismo do nazismo, artifício utilizado pela extrema-direita nos dias atuais também. Mas o fator que chama atenção é o termo “crimes contra a humanidade”, pois enquanto no trecho analisado anteriormente, ele abrandava os crimes e violações dos direitos humanos cometidos durante a Ditadura Militar, aqui, referindo-se ao comunismo, ele cita que os culpados devem ser punidos. Ou seja, ele utiliza a pauta quando lhe é conveniente, ignorando a memória das vítimas, o sofrimento das famílias e todas as questões sensíveis que envolvem os crimes contra a humanidade e as questões de memória, justiça de transição entre outros.

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

Repressão política, tortura e censura nos romances literários sobre o passado ditatorial

Como mencionado anteriormente, a literatura é um elemento chave para a compreensão da realidade. Então, refletiremos sobre a temática da repressão política, da censura, das violações aos direitos humanos e crimes de tortura cometidos durante o regime autoritário brasileiro por meio das produções literárias e romances escritos sobre esse passado sensível da história do país. Entre os livros analisados teremos, “Zero” escrito por Ignácio de Loyola Brandão e publicado, originalmente, na Itália em 1974, já que foi recusado por várias editoras brasileiras devido à censura do governo Geisel.

Um ano depois, o autor conseguiu publicar o livro no Brasil, porém logo depois, em 1976, o livro foi alvo da censura e passou a ser proibido em todo o país pelo Ministério da Justiça, alegando que a obra era um atentado à moral e aos bons costumes. O pano de fundo histórico do livro é a Ditadura Militar e seus principais temas são a repressão e o desejo pela liberdade. O livro é um romance que gira em torno dos personagens Rosa e José, abordando amplamente a questão da repressão do regime autoritário.

Antes de adentrarmos, mais incisivamente a temática central do livro e sua relação com os negacionismos sobre o período ditatorial, creio ser crucial discutirmos sobre o autor do livro e suas aspirações para a escrita do romance. Ignácio Loyola Brandão é um romancista brasileiro, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras desde 2019, vencedor de diversos prêmios, entre eles o Jabuti, o Machado de Assis e o da Associação Paulista dos Críticos de Arte e o livro “Zero” foi eleito, em 2000, pelo jornal O Globo e pela revista Manchete como um dos cem melhores romances do século XX.

Em uma de suas entrevistas, ele discorre sobre o processo de escrita do livro “Zero”, que se deu, em grande parte, através da adaptação das próprias vivências pessoais do autor. Brandão, foi jornalista do “Última Hora”, conhecido jornal brasileiro em meados dos anos 1960 e o mesmo foi alvo da censura ditatorial, posto que o jornal foi fechado por um período. Segundo os militares, “A Última Hora” era um jornal de caráter revolucionário, mas sua reabertura foi permitida desde que com a presença constante de um censor na redação, assim como foi feito com vários outros veículos de imprensa na época.

Logo, Ignácio Brandão sentiu em sua própria vivência o olhar sombrio e amedrontador da censura ditatorial. Enquanto jornalista, seus escritos tinham que passar pelo crivo rigoroso do censor e foi através dos escritos censurados que nasceu o livro “Zero”. Brandão recolheu

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

todas as matérias que não haviam passado pela censura e as usou de inspiração para a escrita do livro, que é um compilado de todas essas histórias não contadas e censuradas. Por esse motivo, as coisas vão acontecendo sem um sentido pré-estabelecido no livro. A história é contada por meio de fragmentos e textos incongruentes.

E essa é a grande epifania do autor ao escrever o livro, romper com a forma tradicional da escrita de romances e apostar em um tipo de estrutura menos corriqueira. Assim, Ignácio de Loyola Brandão revolucionou a forma da escrita arriscando na maneira fragmentada de contar essa história e reproduzindo fielmente os sons de gritos, tiros, atropelamentos, músicas e orgasmos. Outra característica marcante do livro é a exposição dos pensamentos dos personagens sem nenhum pudor, com uma linguagem popular, com grande oralidade e levemente desbocada, tanto que as cenas de sexo e violência são descritas de forma cristalina.

“Zero” conta a história do casal Rosa e José, como mencionado anteriormente, e o cotidiano da sua vida em São Paulo. A peculiaridade é que os recém-casados vivem uma vida entre tapas e beijos, marcada pelo amor e pelo ódio, pelas brigas e pela paixão avassaladora. O cenário caótico de São Paulo também é citado ao longo do livro, há o circo, a burocracia intransigente, a polícia e os militares e a Ditadura Militar como pano de fundo.

Sendo assim, Brandão discorre ao longo do livro, em forma de romance, sobre as mortes, as torturas, as prisões, as cassações, os exílios e tudo aquilo que o regime ditatorial não queria que fosse exposto e por isso a censura e a repressão foram marcas tão fortes do regime. Nesse sentido, ao longo do livro, o autor vai citando vários exemplos da repressão ditatorial do regime, como o toque de recolher e a cassação das licenças para andar nas ruas, vejamos: “com a repressão que anda por aí, ninguém quer sair de casa, as ruas são vazias, cassaram as licenças para circular depois de 21:34 horas” (Brandão, 1986, p. 9).

Outro exemplo citado no livro é a perseguição dos militares às Universidades e professores, especialmente das áreas de humanidades, tanto que, como se sabe, no período da Ditadura as disciplinas de humanas, como História e Sociologia foram substituídas pela disciplina de Moral e Cívica. Observemos a colocação do livro:

“Depois de ter sua biblioteca inteiramente confiscada e queimada pelo Governo 1, o sociólogo e pesquisador das origens do subdesenvolvimento nacional, Carlos Antunes, aceitou o convite de Yale para lecionar na famosa Universidade Norte-Americana. Deve embarcar dentro de 10 dias, se os advogados liberarem o seu passaporte” (Brandão, 1986, p. 11-12).

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

Ou seja, fica evidente, na leitura do trecho acima, a censura e a repressão executadas contra o professor e sociólogo e o seu autoexílio para os Estados Unidos, o que aconteceu com muitas pessoas perseguidas e censuradas pelo regime ditatorial. É válido pontuar que, o livro é fruto de uma série de matérias que deviam ter sido publicadas no jornal “Última Hora” onde o autor trabalhava, entretanto, as notícias não necessariamente são um retrato exato da realidade, muitas são verídicas, outras sofreram adaptações e assim por diante. Mas o objetivo primordial do autor era denunciar e retratar os crimes de censura e repressão cometidos pelos militares no período ditatorial.

Outra denúncia feita no livro, de cunho parecido com a citada anteriormente, é sobre o exílio de um cientista chamado Marcondes Reis. Ou seja, vemos mais um exemplo de ataques e perseguições a cientistas e educadores. Vejamos:

“O cientista Marcondes Reis conseguiu sair do país, ajudado por amigos. Vai para a Universidade Patrice Lumumba, onde lhe prometeram as condições necessárias para continuar suas pesquisas. Aqui, o professor Marcondes Reis começou perdendo a cátedra, teve sua casa invadida duas vezes pela polícia, confiscaram todos os livros de sua biblioteca, ameaçaram seus filhos. O presidente deu uma declaração: “Quando a ciência subverte o homem e corrompe, é melhor ter um país sem ciência, atrasado” (Brandão, 1986, p. 34).

Por essa perspectiva, há um ponto de inflexão relevante para discutir, que é a declaração do presidente citada ao fim do trecho, no qual ele diz que quando a ciência subverte o homem, é mais interessante ter um país sem ciência. E já que o objetivo central deste trabalho é refletir sobre a repressão e a censura nos romances literários, fazendo um paralelo com os negacionismos sobre esse passado repressivo, percebemos aqui, na fala do presidente colocada pelo autor, a presença forte de um viés negacionista e de ataque à ciência. Desse modo, o discurso proferido é extremamente semelhante com os discursos extremistas e negacionistas proliferados na contemporaneidade pelos grupos conservadores.

Posto que, os negacionismos se tornaram uma ferramenta política da extrema-direita, que os mobiliza de diversas formas para suas finalidades ideológicas. Assim, a negação do passado se tornou uma política de governamentalidade instituída pela extrema-direita brasileira e personificada na figura de Jair Bolsonaro. Política essa que, segundo Patrícia Valim e Alexandre Avelar (2020), só consegue ter espaço e se conservar no poder por meio da necropolítica, do Estado suicidário e da governamentalidade negacionista. Ou seja,

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

percebe-se que a instrumentalização do negacionismo não se dá por desinformação ou ingenuidade, mas sim com intencionalidade de viabilizar esse tipo de política extremista e inflamar o debate público.

Ademais, em outro momento do livro, o autor cita a saída de José (personagem principal) da pensão para morar em um apartamento com Átila e é citado no livro que o apartamento escolhido por eles era um depósito provisório de livros, de uma editora fechada pelo governo. Assim, percebe-se que, mesmo de forma sutil, o autor consegue demonstrar perfeitamente a censura praticada pelo governo, ao fechar editoras, proibir publicações entre outros. Isso acaba sendo entrelaçado com a história pessoal do escritor do livro, que viveu a experiência de ter a redação do jornal em que trabalhava fechada pela censura.

Ignácio Brandão também denuncia no livro a quantidade de assaltos sofridos pelos bancos, postos de gasolina, bares e lojas, desmistificando, justamente, a ideia de que no período dos militares a segurança pública era altamente bem-sucedida e a população vivia em absoluta proteção. Também denuncia os fuzilamentos aos presos acusados de subversão e as manifestações estudantis reprimidas violentamente nos EUA.

Outro momento crucial do livro, é quando José é enquadrado pela polícia, violentado e levado até o prédio da Organização Política e Social no Departamento de Investigações⁶. Após ser interrogado, ele é solto e escuta a seguinte frase: “E vai andando, vai antes que fique de uma vez. Comunistinha de merda. Nós vamos te pegar. Vamos, mesmo, ah, se vamos!” (Brandão, 1986, p. 42). A fala do policial, ao se referir a José como “comunistinha de merda” evidencia bem o ódio instaurado aos comunistas, as perseguições e violências repressivas contra os mesmos. Afinal, os comunistas se tornaram o principal alvo da violência ditatorial e essa criação de um inimigo comum, o comunismo, se estendeu até o tempo presente.

Além disso, o discurso anticomunista forneceu um alibi ideológico para justificar os golpes militares não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina também, sob a justificativa de que a democracia seria incapaz de conter o avanço do “perigo vermelho”. Assim, o anticomunismo foi um elemento aglutinador de diversos setores da sociedade no apoio ao golpe militar de 1964. Segundo Rodrigo Patto (2020), alguns grupos possuem maior susceptibilidade para aderir a esse discurso de medo e mobilização do sentimento de pavor das pessoas, criando assim o que é chamado de “bode expiatório”, que seria o comunismo. Grupos catolicistas, nacionalistas e liberais são incitados pela narrativa de combate ao

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

comunismo e ao imenso perigo que ele representa para os seus valores morais e para a sociedade.

Outro romance literário que denuncia a repressão e o caráter autoritário do regime ditatorial é o livro “Em câmara lenta” escrito por Renato Tapajós em 1973. Tapajós, é um jornalista brasileiro que foi envolvido na luta armada e preso durante a Ditadura Militar, tendo escrito o livro citado na prisão. O autor faz no livro um balanço geral sobre a experiência da guerrilha e denuncia o emprego brutal da tortura durante todo o período ditatorial. Para conseguir escrever o livro, seus pais iam visitá-lo na prisão e levavam os minúsculos originais escondidos na boca. Em 1977, Tapajós conseguiu publicar o livro. Entretanto, foi novamente preso e o livro censurado.

Assim, o DOI/CODI fez um relatório de análise do livro explicando o motivo da censura e da sua proibição. De acordo com o relatório, o romance possuía um caráter altamente insurgente, apresentava conteúdo de apologia à subversão, com incitação à guerra revolucionária e ataques e calúnias ao governo. Por essas razões, o livro foi proibido de circular. Depois de um período detido pela segunda vez, parte dele em regime de incomunicabilidade, Tapajós foi solto e passou a responder ao processo em liberdade.

No romance em questão, a vida e a obra de Renato Tapajós se entrelaçam corriqueiramente, os dados autobiográficos do autor se entrecruzam com os procedimentos narrativos da ficção. Logo, o livro é um misto do relato autoficcional do autor com os elementos particulares da narrativa de testemunho em torno dos eventos que culminam com a tortura e morte da personagem Ela, que é um dos motivos da aflição constante do narrador, que espera notícias da mesma em uma circunstância de autoexílio dentro de casa. Assim, essa situação de clandestinidade do narrador também encontra ressonância na militância de Tapajós, que permaneceu escondido até ser preso, por causa das suas atividades de guerrilha na chamada Ala Vermelha do PCdoB, ramificação criada em 1967, fruto de uma cisão interna do partido.

“Em câmara lenta” é um romance que visa refletir sobre os acontecimentos políticos que marcaram o país desde o golpe de 1964 até 1973, quando o livro foi escrito. Sendo explícito o maior destaque dado pelo autor aos anos de chumbo, de 1968 até 1973. Seu ponto de discussão central é a guerrilha urbana surgida nesse período e a militância política de

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

combate ao regime ditatorial. O livro é altamente emocionante e impactante pois tenta capturar a tensão, o ódio, as esperanças e o desespero que marcaram a guerrilha no Brasil.

Outrossim, o romance também aborda veementemente a questão da violência policial, da repressão política, das práticas de tortura e graves violações aos direitos humanos. Apesar de esse não ser o aspecto principal do livro, é sobre essas questões que vamos aprofundar a discussão neste trabalho. No geral, o livro acaba sendo uma autocrítica do autor ao próprio movimento da guerrilha, o qual ele fez parte, visto que ele aponta para o desmantelamento das organizações de esquerda e das reações dos militantes sobre isso.

O livro é desenrolado em um fluxo de memória permeado pelo presente, que é de desencanto e autocrítica, posto que o autor faz críticas à atividade guerrilheira, assumindo ser esse um caminho sem volta, e as lembranças voltam sempre para as atividades clandestinas do grupo semidesmantelado ao qual pertence o narrador. A recepção das notícias do golpe de 1964 numa cidade do interior, os conflitos violentos entre estudantes de esquerda e de direita nas ruas, os relatos da guerrilha do Araguaia e as cenas de uma fuga da prisão são alguns dos outros tempos narrados pelo autor no romance cinematográfico, como sugere o título do livro.

Uma característica marcante do livro, semelhante à da obra analisada anteriormente, é a falta de linearidade temporal, em alguns momentos a escrita se fragmenta e os acontecimentos não são descritos de maneira sequenciada. Além disso, os personagens não aparecem de uma forma individualista e suas experiências são representadas de maneira coletiva expressando as angústias desse grupo de guerrilheiros (que são os personagens principais). São eles o Ele e a Ela (representados de forma pronominal por não possuírem nome próprio), a Lúcia, o Fernando, a Marta, o Sérgio e o Venezuelano. O próprio título do livro refere-se a um acontecimento, sendo ele o verdadeiro protagonista da história e não um personagem específico.

Adentrando, neste ponto, a discussão sobre a repressão e a violência ditatorial abordada pelo autor, julgo ser relevante analisarmos algumas passagens do livro sobre essa temática. Dentre elas, uma das cenas emblemáticas é a morte de Fernando, um dos personagens guerrilheiro, descrita da seguinte maneira: “O que ninguém podia saber era que, dois anos depois, ao voltar da Ilha, Fernando seria morto pela polícia com mais de vinte tiros de fuzil, num bairro de São Paulo” (Tapajós, 1977, p. 27). Logo nessa passagem, fica evidente

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

a violência policial sofrida pelo personagem, ao ser morto com mais de vinte tiros de fuzil, em um ato de extrema violência e crueldade por parte das forças policiais.

Outro momento em que a censura aparece no livro é quando a polícia encontra livros e discos em um barco e “os serviços de segurança consideraram os livros como altamente subversivos. As circunstâncias em que se havia descoberto o barco, alguns boatos começavam a correr sobre o venezuelano, o desaparecimento de alguns estudantes levou as autoridades à conclusão de que a segurança nacional estava ameaçada. Havia guerrilha na Amazônia” (Tapajós, 1977, p. 43). Ou seja, além da censura aos livros, fica evidente no fragmento acima à perseguição aos grupos guerrilheiros, que embasa todo o enredo do livro.

A decretação do Ato Institucional número cinco também é um momento marcante presente no romance, vejamos:

“A Agência Nacional tinha acabado de transmitir a decretação do Ato Institucional número cinco: na cabeça de cada um soavam confusamente aqueles parágrafos, suspensão de “habeas corpus” para crimes políticos, recesso forçado do Congresso, novas cassações a critério do Presidente. Sensação de que algo de importante acabava de acontecer, mas o sentido lhes escapava. Aquelas coisas pareciam um tanto distantes, como se fosse intrigas palacianas que não os afetavam diretamente – mesmo assim sabiam; de modo difuso, que algo havia mudado” (Tapajós, 1977, p. 43-44).

Percebe-se, assim, o medo e a insegurança presentes no trecho acima. A instauração do AI-5 significava, efetivamente, algo ruim e a ser temido, mesmo que eles demonstrassem não saber o que exatamente. Vale ressaltar que o AI-5 é considerado o ápice da repressão e do viés violento do regime ditatorial e foi nesse período que Tapajós escreveu o livro, enquanto estava detido. Dessa forma, observamos, durante todo o livro, as experiências pessoais do autor sendo entrelaçadas na obra ficcional.

Ainda sobre o decreto do Ato Institucional, uma fala do pai de Lúcia nos chama atenção, quando ele diz “começou a falar agitadamente de um golpe dentro do golpe, de endurecimento do regime, linha dura, citou nomes de generais” (Tapajós, 1977, p. 44). Nessa passagem, o autor relata bem a angústia dos personagens e o terror que pairava no ar quando pensavam no que esse decreto significaria para o país e para suas atividades guerrilheiras. A fala do pai de Lúcia demonstra que eles tinham consciência que isso significaria, ainda mais, o endurecimento do regime ditatorial e o aumento da repressão.

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

É válido destacar um ponto nevrálgico aqui, os personagens estão, nesse momento do livro, apontando o viés coercitivo e violento do regime. Aspecto amplamente abrandado por Olavo de Carvalho nas colunas analisadas no tópico inicial desse trabalho, o que faz um paralelo importante na análise dos negacionismos presentes no discurso do ensaísta, que promove a todo instante um abrandamento desse caráter repressivo do regime, ressaltado amplamente no romance em análise.

Outra passagem do livro em que o autor descreve angustiantemente o terror dos personagens e seu desespero diante do cenário violento do regime é esse:

“Onde estão todos aqueles que começaram? Alguns estão na cadeia. Ela não teve chance. Fernando está morto. Lúcia exilada – Argélia, Chile, Cuba, França, que importa? Lúcia está em alguma cidade estranha, pensando talvez em voltar, para morrer como os outros, tão isolada e tão só quanto qualquer um de nós, os sobreviventes. Andar pela casa, almoçar, porque é preciso manter o corpo funcionando e esperar. Trancados nos aparelhos, saindo deles para fazer uma ação e voltar; sobreviver e gritar que ainda estamos vivos, até que eles nos localizem e nos matem. Fazer mais uma ação para poder esperar – vazia, carente de sentido, porque parte de um gesto já interrompido” (Tapajós, 1977, p. 50).

O trecho representa bem esse sentimento coletivo dos guerrilheiros de preocupação e angústia. O fato de estarem na clandestinidade, escondidos, sempre fugindo e apreensivos por seus companheiros de luta, a incerteza de saber ou não saber os seus destinos. O medo de serem mortos, ainda sim a esperança de sobrevivência a todo esse contexto de violência e a coragem de lutarem pelas suas crenças revolucionárias, afinal “qualquer escolha que a pessoa faça será uma traição se ela não escolher a luta” (Tapajós, 1977, p. 50).

A violência policial também é descrita assiduamente no momento de captura dos guerrilheiros na floresta Amazônica e do relato de tortura dos ribeirinhos por ajudarem os revolucionários, vejamos: “Na floresta, a operação do cerco continuava. Os aviões, as lanchas, e os milhares de soldados vasculhavam a mata vazia. Prenderam e torturaram os caboclos das vilas ribeirinhas, como represália à ajuda dada à guerrilha. Em Manaus, o venezuelano e seus guerrilheiros foram entregues aos órgãos de segurança” (Tapajós, 1977, p. 52).

Uma das cenas de maior impacto do livro é a cena da tortura da personagem Ela, descrita detalhadamente “como em câmara lenta” assim como todas as sucessões de cenas são iniciadas no livro. Essa cena em particular denota um teor extremamente sensível e repugnante, devido à descrição exata de tamanha violência, observemos:

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

“Enquanto um dava-lhe uma cotovelada nos rins, o outro a atingia com um cassetete no rosto. Um terceiro, debruçando-se do banco da frente para trás, batia com a coronha do revólver nas mãos atadas pelas algemas. Os dedos estalaram, os ossos se rompendo com o impacto. No rosto, o sangue começava a brotar do nariz e do canto dos lábios [...]. Dois policiais pularam sobre ela, agarrando-lhe a blusa, mas ela se contorceu, escapando. Um deles acertou um soco em sua boca, os outros fecharam o círculo, batendo e rasgando-lhe a roupa. Ela tentava se defender, atingindo um ou outro agressor, mas eles a lançaram no chão, já nua e com o corpo coberto de marcas e respingos de sangue. O canto de seus lábios estava rasgado e o ferimento ia até o queixo. Eles a seguravam no chão pelos braços e pernas, um deles pisava em seu estômago e outro em seu pescoço sufocando-a” (Tapajós, 1977, p. 170-171).

A cena descrita acima é do momento em que Ela é capturada e levada até um órgão de tortura, o autor descreve as violências sofridas pela personagem desde o momento da captura até a chegada à sala onde a mesma foi colocada em um pau-de-arara⁷ e violentamente torturada pelos militares. É válido pontuar que o crime da tortura foi amplamente praticado pelos militares durante todo o período do regime no Brasil e é uma questão negada pelos militares até os dias atuais, mesmo após todos os testemunhos e fontes que documentam a existência da tortura, divulgadas principalmente, após a Comissão Nacional da Verdade – CNV⁸.

Por esse viés, já que estamos fazendo um paralelo entre a abordagem dos romances literários sobre os crimes de violência e a repressão cometidos durante a Ditadura e as narrativas negacionistas sobre esses temas, é válido destacar algumas questões. A primeira é que, a tortura foi negada pelos militares e jamais admitida como política sistemática do regime ditatorial. “A partir do momento em que não se pôde mais negar sua existência, os militares brasileiros passaram a justificar o seu emprego, afirmando que no Brasil houve “casos isolados”, “excessos” ou “práticas que não se caracterizam como tortura”” (Bauer, 2014). Exemplo disso, é uma passagem do livro “A Verdade Sufocada” do Coronel Ustra, um dos símbolos da tortura no Brasil. Observa-se:

“Nossos acusadores reclamam com frequência de nossos interrogatórios. Alegam que presos “inocentes” eram mantidos horas sob tensão, sem dormir, sendo interrogados. Reclamam de nossas invasões nos “aparelhos”, sem mandatos judiciais. É necessário explicar, porém, que não se consegue combater o terrorismo, amparado nas leis normais, elaboradas para um cidadão comum. Os terroristas não agiam como cidadãos comuns. As medidas de exceção como o AI-5, a suspensão do habeas-corpus, a incomunicabilidade por 30 dias, a Lei de Segurança Nacional e outras, tão criticadas, foram necessárias para dismantlar as organizações terroristas” (Ustra, 2007).

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

Dessa forma, evidencia-se a narrativa de negação e abrandamento dos crimes de tortura cometidos no período ditatorial, utilizando o argumento reincidente entre os militares de que apenas terroristas eram torturados e que essa prática era um “mal necessário” para combater o comunismo no Brasil. Outra tese negacionista reincidente na esfera pública é que a tortura só foi amplamente aplicada no período após o Ato Institucional número cinco no ano de 1968, durante o governo Costa e Silva, e que o governo Castelo Branco havia sido mais ameno em relação aos outros. Todavia, o governo castelista foi conivente com a tortura desde os primeiros momentos após o golpe, além de ter decretado o Ato Institucional número dois, assinou a Lei de Segurança Nacional, fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva (Fico, 2004).

Ademais, um ponto muito repetido nas memórias de militares é de que a tortura seria responsabilidade exclusiva dos subordinados e que os militares gerais não aprovavam ou compactuavam com a repressão violenta. Porém, essa versão não se sustenta, especialmente no período após o AI-2 e, principalmente, o estabelecimento do Sistema Codi-Doi, responsável pelos principais casos de tortura e violência (Fico, 2004). Assim, “não se deve confundir a independência operacional com que trabalhava a polícia política com uma suposta autonomia em relação aos oficiais-gerais. A tortura e o extermínio eram aceitos pelos comandantes e governos militares, como hoje já se comprovou” (Fico, 2004, p. 35).

Logo, diante do exposto, fica claro o caráter violento da Ditadura Militar, não apenas a “terroristas” ou “criminosos”, mas a uma parcela considerável da sociedade. Assim, durante os 21 anos do regime autoritário no Brasil, a violência foi uma das marcas fundamentais da vida política, tornando a tortura e diversas outras práticas que violam os direitos humanos ações institucionalizadas do Estado (Quadrat, 2012).

Considerações Finais

Portanto, ao analisarmos as duas obras literárias percebemos o quanto a literatura é crucial no entendimento do passado e o quanto ela pode ser necessária para o estabelecimento de paralelos entre esses romances e as questões que assolam o nosso presente conturbado e inundado por esse passado que não passa e se faz sempre presente, que é o passado ditatorial. Ademais, tanto o livro “Zero” quanto “Em câmara lenta” abordam tópicos que são sempre

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

alvos dos discursos negacionistas e dos usos abusivos da história e da Ditadura Militar, como a violência, a censura, a repressão e os movimentos revolucionários.

Por essa perspectiva, entende-se a literatura como uma ferramenta importante de análise da história de determinado período, sendo os textos literários fontes de observação do passado e detentores de historicidade e capacidade de reflexão sobre as transformações culturais, sociais e políticas de determinado período. Tanto que, selecionei aqui duas obras para refletirmos sobre o período da Ditadura Militar no Brasil, mas existem uma infinidade de outros romances que também poderiam ser utilizados e abordariam outras questões referentes ao regime autoritário, como a resistência, a perspectiva dos filhos dos revolucionários, os desertores entre outros.

O mesmo vale para a análise de outros períodos da história, um exemplo disso são as reflexões tecidas sobre o século XIX através da obra de Machado de Assis. Seus livros demonstram aspectos relevantes da sociedade brasileira da segunda metade do oitocentos, abordando a história social e política do país na época, como a construção da ideologia senhorial. Segundo Sidney Chalhoub (2003), os escritos machadianos revelam como a sociedade brasileira do século XIX tinha na escravidão e na exploração das desigualdades sociais sua principal forma de organização. Em suma, o historiador reconhece, na obra machadiana, um mecanismo de interpretação possível da realidade em que foram escritos.

O mesmo acontece com os romances sobre a Ditadura Militar, que possibilitam métodos de análise para o entendimento da circunstância em que foram pensados e isso permite também, estabelecer paralelos com questões do tempo presente. Dessa forma, tentei ao longo desse trabalho, estabelecer tais paralelos entre as produções literárias sobre o passado ditatorial e a profusão exacerbada de negacionismos sobre esse passado, que é uma problemática que assola nosso tempo presente, a comunidade historiadora e a sociedade civil como um todo, trazendo inúmeros prejuízos à produção do conhecimento histórico e à democracia.

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

Notas:

¹ Para maior entendimento sobre o conceito de necropolítica ver: Mbembe, Achille. *Necropolítica*. Arte & Ensaios. Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 122-151, 2016.

² Anos de chumbo é um termo utilizado em alguns países da América Latina e da Europa para fazer referência a períodos de graves conflitos ideológicos e políticos. No Brasil, a expressão é usada para se referir ao período mais violento e repressivo da Ditadura Militar, entre os anos de 1969 e 1978. A fase foi marcada pela institucionalização da tortura, forte censura aos meios de comunicação, perseguição a opositores e repressão aos direitos individuais.

³ Retórica do ódio é um conceito desenvolvido pelo professor João César de Castro Rocha (2021) e é elaborado por ele como sendo a linguagem específica do bolsonarismo, e a mesma se utiliza de diversas ferramentas discursivas próprias. Essa linguagem é repleta de dramaticidade e clichês anticomunistas com a finalidade de eliminar simbolicamente o divergente. A cristalização dessa retórica reúne tudo aquilo que não confirma suas convicções que, usualmente, são radicalizadas. Por fim, a retórica do ódio adota um tom alarmista que, aliado ao eixo da guerra cultural, é eficiente em reunir certa coesão social capaz de resistir a qualquer aspecto da realidade que se encontre em rota de colisão. Para compreender melhor o conceito, ler o livro “Guerra Cultural e Retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político” (2021).

⁴ O escritor e autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho é a principal figura reconhecida como o “guru” do bolsonarismo. Ele foi um dos maiores ideólogos da nova direita brasileira, influenciando o movimento que levou Jair Bolsonaro ao poder com seus livros, vídeos e cursos online focados no conservadorismo e no anticomunismo.

⁵ O Ato Institucional número 5 (AI-5) foi uma norma legal outorgada pelos militares durante o período da Ditadura Militar. Por meio desse ato institucional, os presidentes militares tiveram um aumento significativo nos seus poderes para promover a repressão no país. Esteve em vigência até dezembro de 1978 e deu início à fase mais dura da Ditadura Militar, fortalecendo as arbitrariedades cometidas pelos militares na perseguição aos inimigos do regime. O AI-5 promoveu maior centralização do poder e aumentou os poderes do presidente empossado. Assim, o presidente poderia decretar o fechamento por período indeterminado do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores. Poderia também decretar a intervenção do governo federal em municípios e estados sem se preocupar com os ditames da Constituição de 1967.

⁶ Supõe-se que o autor se referia nesse trecho ao DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, órgão histórico de repressão aos movimentos sociais e populares. O DOPS foi também centro de tortura durante o Estado Novo, retomando essa prática no período da Ditadura Militar.

⁷ Pau-de-arara é um método de tortura física destinada a causar fortes dores nas articulações e músculos, bem como dores de cabeça e traumas psicológicos. Consiste em uma barra de ferro na qual o prisioneiro é pendurado e enrolado, de forma que a vara fique bloqueada entre a concha dos braços e a concha das pernas. Em seguida, os tornozelos são amarrados com os pulsos. A pessoa torturada é pendurada cerca de um metro acima do solo e fica nessa posição até que o sangue não circule mais, o corpo inche e pare de respirar.

⁸ Foram necessárias décadas de luta incansável dos familiares de mortos e desaparecidos, exigindo o esclarecimento dos crimes ocorridos durante os governos totalitários da ditadura militar, para que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) fosse finalmente criada, em 2011. No ano seguinte, a CNV iniciou os seus trabalhos, igualmente impulsionados pelas pressões de setores da sociedade civil organizada. Apesar de tardia, pois instituída praticamente 50 anos depois do golpe militar, ela foi um marco importante para passar a limpo esse período nefasto e violento da história do país. Também foi importante porque, além de construir uma narrativa de memória e verdade sobre as violências e práticas repressivas do Estado durante a ditadura, a CNV formulou 29 recomendações para que o Estado possa promover justiça com relação aos crimes ocorridos no período, reparar simbólica, financeira e psicologicamente as vítimas e reformar suas instituições, aperfeiçoando a democracia e visando a não repetição das violações de direitos humanos que ocorreram no período. A efetivação desses eixos da Justiça de Transição, bem como o acatamento das recomendações da CNV, são fundamentais para que o Estado e a sociedade possam se reconciliar com seu passado autoritário, impedindo que a impunidade, as violações de direitos humanos e as práticas violentas e repressivas persistam no presente.

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

Referências bibliográficas:

BAUER, Caroline. Um passado que não passa: a persistência do crime de tortura na democracia brasileira. **Revista de História**, Campo Grande: Albuquerque, v. 6, n. 11, p. 153-187, jan/jun. 2014.

BRANDÃO, Ignácio Loyola. **Zero**. Clube do Livro: São Paulo, 1986.

CHALLOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói: Eduff, 2020.

QUADRAT, Samantha. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 21-41: jan/jun 2012.

ROCHA, João César de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Caminhos, 2021.

SEVCENKO, Nicolau. **A literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

TAPAJÓS, Renato. **Em Câmara Lenta**. Alfa-Omega: São Paulo, 1977.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser, 3.ed., 2007.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. **Revista Cult**, 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/>. Acesso em: 27 maio de 2023.

Fontes:

CARVALHO, Olavo de. Cuba em números. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 ago. 2004. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/cuba-em-numeros/>>. Acesso: 25 ago. 2023.

CARVALHO, Olavo de. Droga é cultura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 jan. 2005. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/droga-e-cultura/>>. Acesso: 24 ago. 2023.

NOS CAMINHOS DE ROMANCES E NEGACIONISMOS: OS TEMAS DA
TORTURA E DA REPRESSÃO DITATORIAL PRESENTES EM OBRAS
LITERÁRIAS E NARRATIVAS DE NEGAÇÃO

GABRIELA CRUZ ABREU

CARVALHO, Olavo de. Em busca da justiça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 ago. 2001.
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>>. Acesso: 24 ago. 2023.

CARVALHO, Olavo de. Estado policial, já! **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 out. 2002.
Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/estado-policial-ja/>>. Acesso: 24 ago. 2023.

CARVALHO, Olavo de. Mentiras que rendem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 maio 2001.
Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/mentiras-que-rendem/>>. Acesso: 25 ago. 2023.

CARVALHO, Olavo de. Os novos ditadores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 set. 2001.
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/>>. Acesso: 30 ago. 2023.